

28.10.93

A.1.4

TROPAS ITALIANAS PODERÃO PERMANECER EM MOÇAMBIQUE

— afirma Aldo Ajello, que na próxima semana estará em Roma para discutir o assunto

O contingente italiano encarregue de proteger o complexo ferro-portuário do «Corredor da Beira», na província de Sofala, poderá não vir a abandonar o país, segundo declarações do Representante Especial da ONU em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, entrevistado momentos após ter visitado ontem as instalações da Televisão de Moçambique (TVM).

Ajello reagia deste modo à posição do Governo italiano que muito recentemente tornou público que os observadores militares e civis transalpinos integrados na missão da ONUMOZ poderiam deixar Moçambique, alegadamente por razões que se prendem com questões orçamentais.

De acordo com o Representante Especial de Boutros Ghali na capital moçambicana, a sua deslocação programada para a próxima terça-feira à Itália não tem como agenda convencer o executivo de Roma a manter as suas forças em Moçambique.

— «O problema não é tanto persuadir o Governo italiano no sentido de reconsiderar a sua posição de retirar os efectivos do seu país que se encontram em Moçambique. Trata-se apenas de encontrar uma solução apropriada para este problema de cobertura do «Corredor da Beira». Eu creio que os italianos não vão abandonar o corredor».

afiançou aquele alto diplomata das Nações Unidas.

Num recente «briefing» com os «mass media» em Maputo, Ajello revelou que o batalhão italiano comporta consigo uma componente logística «muito forte» e uma aparatosa unidade aérea com helicópteros e avionetas. Estas facilidades, sublinhou, beneficiam igualmente os efectivos do Botsuana, na província de Tete, e as tropas bengalis destacadas em Nampula.

Segundo referiu, a ausência destas facilidades de ordem logística poderá vir a enfraquecer a operacionalidade daquelas missões da ONUMOZ ao nível das regiões centro e norte do país.

CONSELHO DE SEGURANÇA FAVORÁVEL A MOÇAMBIQUE

No decurso da visita à Televisão de Moçambique, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no país, Aldo Ajello, mostrou-se optimista quanto à possibilidade daquele organismo supranacional poder vir a aprovar uma resolução favorável ao processo de pacificação moçambicano.

— O Conselho de Segurança das Nações Unidas vai discutir o relatório do Secretário-Geral da ONU, após os resultados positivos da sua visita a Maputo. Uma visita que permitiu remover os obstáculos relativos ao acantonamento, desmobilização das tropas, lei eleitoral, para além da questão do funcionamento das comissões para a informação, Polícia e administração territorial — observou Aldo Ajello.

Ghali no país frisou que quando a ONU e toda a comunidade internacional estiverem certos de que a desmobilização e o acantonamento vão correr dentro dos prazos calendarizados, existirá disponibilidade para o descongelamento dos fundos prometidos para apoiar a pacificação moçambicana.

Aliás, esta tem sido a posição dos países que estão a disponibilizar meios humanos e financeiros para o processo de implementação do Acordo Geral de Paz no nosso país. Tal posição encontrou consistência quando da visita do Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, que não excluiu a possibilidade de a ONU poder vir a retirar-se de Moçambique ou de outros países, cujos governos não demonstrem vontade política de solucionar os seus conflitos internos.

Sustentou que todos os problemas básicos que estavam na origem dos atrasos do processo de pacificação nacional foram resolvidos, o que representa «um sinal muito forte para que a comunidade internacional aprove o prolongamento da missão da ONUMOZ e que se prossiga com o apoio a todo o processo de paz».

Ajello disse que «estou muito optimista e seguro que a resolução será aprovada a favor de Moçambique, realçando, contudo, que a comunidade internacional precisava de um sinal forte e vontade política do Governo e da Renamo para continuar a implementação do processo de paz, uma vontade que «devia ser substanciada de maneira concreta».

O Representante Especial de Boutros

Revelou na altura que as Nações Unidas estão a pensar na possibilidade de promoverem uma conferência internacional de doadores, na perspectiva de discutir a problemática dos fundos prometidos e que no entanto ainda não foram libertados.

Aldo Ajello advertiu que tal fórum só se justificava a partir do momento em que as partes signatárias dos entendimentos de Roma demonstrassem uma vontade política em agilizar a implementação do processo de pacificação do país.